



A controvertida decisão de Pôncio Pilatos vem intrigando milhões de pessoas há quase 2.000 anos. Quem foi ele? Por que condenou um homem inocente à morte?

O HOMEM QUE CONDENOU CRISTO

ERNEST O. HAUSER

«**N**ÃO VEJO neste homem crime algum.» Essas palavras se arrastam através do tempo, imortalizando o dilema do homem colocado no limiar do certo e do errado. Como governador da Judéia, coube-lhe o desagradável dever de julgar o Messias. Por isso, seu nome permaneceu. A frase «sofreu sob Pôncio Pilatos» faz parte do Credo Cristão desde o fim do século II, tendo servido originalmente para assinalar a Paixão do Senhor.

Mas, apesar de sabermos que ele presidiu o mais famoso julgamento da História, a personalidade de Pilatos, como aparece nos Evangelhos, é nebulosa e incompleta. Quem foi o verdadeiro Pôncio Pilatos? E por que enviou Jesus à Cruz?

Ironicamente, o papel que desempenhou nas últimas etapas do ministério de Cristo é a razão principal da sua fama. Era uma figura secundária, um entre centenas de administradores enviados por Roma para governar o extenso Império. Nenhum busto de mármore preserva suas feições, nem ele adquiriu jamais suficiente poder pessoal para ter seu perfil cunhado numa moeda. Podemos imaginá-lo como um romano bem-educado, de estatura média, compleição atlética e rosto bem barbeado, dominado por olhos penetrantes e escuros. Pontii, uma família com raízes no Sul da Itália, era de origem plebéia, mas tinha adquirido uma certa importância no serviço do Imperador. Seu outro

nome, Pilatos, tem intrigado os estudiosos de latim. Pode significar homem armado com dardo — *pilum* — ou sem cabelos — *pilus* — portanto calvo. Como os governadores ao longo das fronteiras do Império eram geralmente militares, Pilatos provavelmente era oficial do exército antes de entrar para o serviço colonial.

O cargo de procurador (governador) da Judéia, para o qual Pilatos foi nomeado em 26 a.C., não era de fazer inveja. A pequena colônia — uma faixa de terra no Sul da Palestina, com cerca de 200 quilômetros de comprimento de norte a sul e 90 de largura — era uma notória área conflitada. Seu milhão de habitantes, orgulhosos herdeiros de Salomão e Davi, eram conhecidos como um grupo fanático, rebelde, pronto a se revoltar à menor provocação, especialmente quando se tratava de problema religioso. Rezavam a um único Deus invisível e se recusavam firmemente a adorar o Imperador-Deus de Roma, cujo culto fora imposto em todo o resto do Império.

Ídolos. Pilatos e sua mulher Procla fixaram residência em Cesaréia, uma cidade agradável na costa do Mediterrâneo, meio dia de viagem a noroeste de Jerusalém. Como capital administrativa, Cesaréia tinha um aspecto romano: suas vilas, templos, banhos e praças de colunatas faziam-na uma pátria longe da pátria para os residentes romanos. O procurador comandava uma força de ocupação de cerca de 4.000

soldados. Tinha poderes absolutos sobre a vida e a morte (exceto em se tratando de cidadãos romanos) e dispensava justiça pessoalmente.

A tarefa principal de Pilatos era viver em harmonia com os súditos rebeldes. Mas nesta incumbência o procurador fracassara redondamente, mesmo antes que o julgamento do Nazareno revelasse a fraqueza básica de seu caráter.

No início de seu mandato, ele enviou a Jerusalém um destacamento de tropas com ordens de colocar seus pavilhões do regimento num local público. Os bustos dourados do Imperador-Deus, fixados aos estandartes de bronze, infringiam a lei mosaica contra imagens religiosas de qualquer espécie. Em consequência, um grupo de hebreus indignados marchou para Cesaréia e fez uma greve branca sob as janelas do procurador. Durante cinco dias, Pilatos não deu ouvidos às reclamações. No sexto dia, mandou os soldados cercar os suplicantes e pediu-lhes que voltassem para casa... ou sofressem as consequências. Diante disso, os judeus atiraram-se ao solo e expuseram suas gargantas, pedindo para serem chacinados. O procurador, inteiramente despreparado para tal desafio, rapidamente ordenou que as imagens ofensivas fossem retiradas, ficando assim desmoralizado e perdendo prestígio.

Em seguida, Pilatos entrou em conflito com o povo judeu por causa de um empreendimento grato a seu coração de romano. Lembran-

do-se dos grandiosos aquedutos que abasteciam Roma imperial com a água de colinas distantes, ele concebeu o projeto de um conduto de 37 quilômetros, sustentado por arcos altos, que daria à ressequida Jerusalém água corrente e fresca o ano todo. Para financiar este projeto ambicioso, meteu a mão no tesouro do templo, cujos fundos eram destinados «às necessidades da cidade». Estava exercendo seus direitos e, provavelmente, esperava gratidão, quanto mais porque seus súditos careciam de conhecimentos para executar tal projeto sem ajuda romana. Mas, ou por não ter consultado os altos sacerdotes, ou porque a essa altura os judeus já estivessem convencidos de que nada de bom poderia vir de Pilatos, o resultado foi um esforço coletivo por parte dos judeus para evitar a construção do aqueduto. Uma multidão de mais de 10.000 pessoas se reuniu em Jerusalém gritando insultos e ameaças. O procurador, atarantado e relutante em usar tropas armadas, enviou soldados à paisana para pontos estratégicos. A um sinal combinado, caíram sobre os manifestantes com pesadas clavas. Os judeus se defenderam, desarmados, e muitos morreram.

Um Caso de Rotina. Assim, foi numa atmosfera já tensa, cheia de má vontade e desconfianças, que Pilatos enfrentou o desafio moral de sua vida. Ele havia ido para Jerusalém a fim de estar presente durante a Páscoa dos judeus, quando

a cidade, cheia de devotos, corria sempre o perigo de explodir em conflitos. Na manhã de sexta-feira levantou-se cedo. O primeiro encargo do dia era um caso de rotina: um processo contra um certo Jesus, chamado o Cristo.

Jesus fora preso na noite anterior no jardim das oliveiras de Getsêmani e levado a julgamento diante do Sinédrio — o conselho supremo dos judeus, composto de 71 cidadãos ilustres, especialistas em leis e sacerdotes. O acusado admitira que ele era «o Cristo, o filho de Deus Bendito»; e o sumo sacerdote rasgou as suas vestes, dizendo: «Que mais necessidade temos de testemunhas? Ouvistes a blasfêmia.» Veredicto: a morte.

Agora os altos sacerdotes, seguidos de uma multidão sedenta de sensações, levam Cristo ao pretório perante Pilatos, pois que, para executar a sentença de morte, precisavam da sanção de Pilatos. Os sacerdotes e seus servos permanecem do lado de fora, na grande praça pública, para não serem contaminados entrando em recintos não judeus. Sozinho, o prisioneiro é levado ao gabinete do procurador. Erguendo os olhos de seus papéis, Pilatos contempla um homem de pouco mais de 30 anos, amarrado, obviamente exausto depois de uma noite cheia de terror. É este o inimigo público que merece a morte por blasfemar, segundo a lei hebraica? Há algo estranho na acusação. Pilatos, com um lampejo de interesse, dirige a Jesus a per-

gunta: «És tu o rei dos judeus?»

«Tu o dizes.» (De acordo com o Evangelho de João, Cristo continua explicando: «Eu para isso nasci e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade.» E Pilatos reflete: «Que é a verdade?») O breve interrogatório convence o procurador de que o acusado é um inofensivo pregador do deserto. O processo é encerrado. Do alto dos degraus, Pilatos informa aos sacerdotes à espera: «Eu não acho nele crime algum.»

Um clamor de raiva parte da multidão. Quando a calma finalmente é restaurada, os altos sacerdotes mudam sua acusação: «Ele alvoroça o povo, ensinando por toda a Judéia, desde a Galiléia, onde começou, até aqui.» Em outras palavras, o prisioneiro tinha estado fomentando uma *rebelião política*. Pilatos deve tratá-lo como subversivo, condenando-o à morte sob as leis de Roma. O procurador apura os ouvidos. Galiléia? Esse estado não é da sua jurisdição. É governado por Herodes Antipas, o rei-títere de Roma, que naquele exato momento está em Jerusalém, hospedado no palácio velho, a poucos passos de distância. Com um suspiro de alívio, Pilatos envia Jesus ao palácio.

O Rei Herodes «sobremaneira se alegrou». Ouvira falar de Jesus e há muito desejava testemunhar um de seus milagres. Tenta conversar com o prisioneiro, mas Jesus também sabe tudo a respeito deste rei ardiloso, «essa raposa», chamou-o uma vez. Herodes, diante do si-

lêncio gélido de Cristo, perde a calma. Escarnece o prisioneiro, permite que seus guardas coloquem um manto real sobre os ombros dele e — abrindo mão de sua jurisdição — manda-o de volta a Pilatos.

Jesus ou Barrabás? O procurador novamente aparece para argumentar com os sacerdotes. «Apresentastes-me este homem como agitador do povo; mas, tendo-o interrogado na vossa presença, nada verifiquei contra ele dos crimes de que o acusais. Nem tampouco Herodes.» Como os sacerdotes continuassem em seu ponto de vista, ele oferece, como conciliação, açoitar o prisioneiro e libertá-lo. Mas os acusadores não querem saber disso.

Pilatos agora percebe que Cristo está sendo falsamente incriminado. Resolvido a salvar-lhe a vida, e procurando um meio de fazê-lo sem ofender os altos sacerdotes, lembra-se do costume de perdoar um criminoso judeu na Páscoa. Um certo Barrabás, conhecido assassino e rufião, está na prisão. «A quem quereis que eu vos solte, a Barrabás ou a Jesus, chamado Cristo?»

Um clamor forte se faz ouvir: «Barrabás!»

Quase desanimado, Pilatos pergunta: «Que farei então de Jesus, chamado Cristo?» «Seja crucificado!» grita a multidão.

E à última pergunta de Pilatos: «Que mal fez ele?», vozes ríspidas respondem das primeiras filas: «Se soltas este, não és amigo de César; todo aquele que se faz rei é contra César.»

A ameaça atrevida pega Pilatos de surpresa. César — o Imperador Tibério — é conhecido como um tirano desconfiado, pronto a por termo à carreira e à vida do funcionário de maior confiança com um estalar de dedos. Pilatos sente-se numa armadilha. Se os altos sacerdotes se queixarem a César deste procurador tolerante que deixa um conhecido subversivo político impunemente livre, ele está liquidado.

«Vendo Pilatos que nada conseguia, antes pelo contrário, aumentava o tumulto», narra Mateus, «mandando vir água, lavou as mãos perante o povo.»

O procurador se dá por vencido com um gesto simbólico. Está na Judéia o tempo suficiente para conhecer as Escrituras. Para que todos vejam, está citando o *Deuteronomio*: «Todos os anciãos desta cidade, mais próximos do morto, lavarão as mãos [...] e dirão: As nossas mãos não derramaram este sangue e os nossos olhos não o viram derramar-se.»

O resto passa-se rapidamente. Pilatos liberta Barrabás e solenemente pronuncia a sentença de Jesus. «Então Pilatos decidiu atender-lhes o pedido.»

O Rei dos Judeus. O castigo cruel da crucificação precedida por um espancamento brutal havia-se tornado uma prática comum nas colônias romanas. Pilatos entrega o prisioneiro aos soldados, que o amarram a uma coluna no pátio e o açoitam sem piedade. Repetindo a zombaria anterior de Herodes,

eles o envolvem num manto escarlate e o coroam com uma coroa de espinhos, gritando: «Salve, rei dos judeus!»

O procurador tem mais um dever a cumprir. Escreve um título breve, para ser fixado sobre a vítima na Cruz: JESUS NAZARENO, O REI DOS JUDEUS. Quando os sacerdotes lhe pedem que mude isto dizendo: «Não escrevas: Rei dos judeus e, sim, que ele disse: Sou o rei dos judeus», Pilatos retruca laconicamente: «O que escrevi, escrevi.»

É meio-dia em ponto, o dia de festa avança. Fora das portas da cidade, num lugar chamado Gólgota, as batidas de um pesado martelo quebram a quietude do meio-dia.

Através dos séculos, o homem que sentenciou Cristo à morte tem sido uma figura controversa. Os textos do Evangelho apresentam o procurador como um homem que, no fundo, é bem-intencionado, mas sem convicções. A inabilidade assinalou seu trato com os súditos judeus desde o começo. Ele não compreendia os judeus; talvez não tentasse entendê-los. Sem dúvida, esperava que, se conseguisse não se meter em encrencas, um Imperador grato o promoveria, no fim, a um cargo mais compensador.

Pilatos nunca obteve a promoção. Seu mandato foi cortado 10 anos depois de começado, devido a um incidente infeliz. No Norte de seus domínios, um patife havia prometido conduzir uma busca a

um tesouro no alto do Monte Gerizim, onde Moisés, segundo ele dizia, havia enterrado vasos preciosos de ouro e prata. Uma multidão de samaritanos crédulos, muitos deles armados a fim de proteger sua futura riqueza, preparou-se para segui-lo. Pilatos, farejando uma rebelião, bloqueou a subida com tropas fortemente armadas. Houve um massacre, e líderes do grupo, detidos vivos, foram depois condenados à morte. Diante disso, o povo da Samaria — parte da província romana da Judéia — fez uma representação contra o procurador.

No ano 36 d. C., Pilatos foi chamado a Roma para explicar sua última arbitrariedade ao Imperador. Entretanto, ao chegar à capital,

ele soube, para seu alívio, que Tibério acabara de morrer; e os historiadores não nos dizem se chegou a ser julgado ou interrogado. O cronista cristão Eusébio de Cesaréia, escrevendo no século IV, narra que Pilatos, depois de mais infortúnios, foi finalmente levado ao suicídio.

Em 1961, arqueólogos italianos, explorando as ruínas da antiga Cesaréia, desenterraram uma placa de pedra com os nomes de Tibério e de Pôncio Pilatos em letras cinzeladas de oito centímetros. O resto da inscrição estava ilegível. Foi a primeira prova no gênero que surgiu e apenas confirma a existência do infeliz procurador, cujo caráter permanece suspenso entre o bem e o mal.



CONHECEMOS um homem que mora numa casinha confortável, com a mulher e a hipoteca. Um dia, no princípio da primavera, ele disse à mulher: «Sabe, meu bem, enquanto os homens estão insensatamente poluindo o ar, as nossas coisas verdes vão lutando valentemente para purificá-lo. Elas retiram o bióxido de carbono da atmosfera e desprendem oxigênio puro. Sem os nossos verdes, nós estaríamos mal da vida, não é?»

«Acho que sim», respondeu a mulher.

E o marido continuou: «Então, nesse caso, se você não se importa, eu só vou aparar a grama de duas em duas semanas neste verão.»

— C. D. P.



Política Segura

O DEPARTAMENTO de Controle do Meio Ambiente de Chicago, que praticamente proibira as buzinas na cidade, recebeu um telefonema perguntando se era permitido buzinar num cortejo de casamento. A resposta: «Só se o casamento for uma emergência.»

— A. P.